

Pedidos para operações com depósitos voluntários atingem US\$ 2 bilhões

por Paulo Sotero
de Nova York

O diretor da área externa do Banco Central (BC), Arnim Lore, afirmou na última sexta-feira, em Nova York, que o governo brasileiro deverá estabelecer brevemente os limites para conversão de empréstimos ainda não vencidos, feitos sob a Resolução nº 432 e a Circular nº 230 (depósitos voluntários no BC). Essa parte da conversão será paralela e adicional ao limite de US\$ 150 milhões mensais fixado para a conversão via leilão nas bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os critérios para a conversão dos empréstimos 423 e 230 serão os mesmos observados no programa de conversão de débitos já vencidos, que foi ativado com o leilão realizado no dia 29 de março passado, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). "Não se pode estabelecer uma regra diferente para cada investidor", afirmou Lore. O diretor do BC indicou que o desconto para os empréstimos 432 e 230 deverá ser o que prevaleceu no leilão mais recente.

CREDORES ORIGINAIS

Lore informou que o BC já tem um pouco mais de US\$ 2 bilhões em pedidos de bancos interessados em fazer conversões desses empréstimos. Entre eles, encontram-se vários detentores originais da dívida, como o Banco de Montreal, que no ano passado anunciou planos de converter a par US\$ 100 milhões de seus ativos brasileiros.

Esses credores não manifestaram maior interesse no primeiro leilão da conversão, aparentemente alimentando a esperança de que o governo brasileiro fosse estabelecer um critério mais generoso para a troca por investimentos dessa parte da dívida. Os bancos reivindicaram tratamento privilegiado para os detentores originais de empréstimos nas negociações do novo acordo da dívida, que está sendo concluído em Nova York.

Embora não se estivesse referindo diretamente a nenhum dos temas que estão na mesa de negociações com os bancos credores, a declaração de Lore, feita na sexta-feira pela manhã, em resposta a uma pergunta de um dos participantes do seminário sobre Oportunidades de investimentos no Brasil através da conversão da dívida, patrocinado pelo Council of The



Arnim Lore

Americas e por este jornal, indica que as autoridades brasileiras não estão dispostas a estabelecer nenhuma diferença entre empréstimos para efeito de conversão.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no entanto, deixou no ar a possibilidade de algum tratamento favorável vir a ser dado aos detentores originais da dívida. Perguntado por um executivo de banco na plateia, sobre as intenções do governo em relação à conversão dos novos empréstimos incluídos no "pacote" de renegociação — o fato de o Brasil não privilegiar a conversão desses empréstimos a par ou com desconto mínimo desestimulará a adesão dos bancos ao acordo, argumentou — Mailson afirmou que o governo "deve ser cuidadoso" na definição das regras para essa parte da dívida "para não matar a conversão via leilão, que já é um êxito".

Referindo-se às negociações com os credores, ele acrescentou que o Brasil está estudando "alguma forma de dar preferência (aos credores originais) sem matar os leilões".

TEMOR DE ESPECULAÇÃO

A indefinição a respeito dos critérios e limites pedidos de conversão dos empréstimos 432 e 230 suscita, segundo banqueiros presentes ao seminário, o temor de que se possa criar um sistema de especulação com tais créditos. "Alguns credores poderão entrar na fila com a intenção de, quando chegar a sua vez de converter, simplesmente vender a sua posição", disse Charles Lund, do Bank of America. Lore afirmou que o governo e o BC, naquilo que estiver ao seu alcance, impedirão que se especule com a conversão desses empréstimos ainda não vencidos.